

**TERMO DE CONTRATO Nº
...../...../SMCSU, FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA PARA
LOCAÇÃO DE CONTÊINER DE LIXO, EM
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua nº, Bairro:, CEP:, neste ato representada pelo Sr., na qualidade de, portador do RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 9.329/06 e nº 9.546/07, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem como objeto a locação de 600 (seiscentos) contêineres de lixo com capacidade de 1.000 litros na cor verde confeccionado em material de polietileno injetado de alta densidade contendo as seguintes especificações: altura de 130 cm, largura de 105 cm e profundidade de 120 cm, tratamento anti UV, diâmetro da roda de 20 CM, sistema de freios, tampa basculante e engate maciço, em conformidade com o termo de referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA LOCAÇÃO: O valor unitário mensal do presente contrato será de R\$ (.....), totalizando o valor mensal para os 600 (seiscentos) contêineres de R\$ (.....) e anual de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA –DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

.....
,.....

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 30(trinta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro- A liquidação da despesa ocorrerá mediante atestado expedido pela Secretaria de Município Responsável pelo contrato quanto ao fiel cumprimento das obrigações.

Parágrafo Segundo - As faturas expedidas serão o resultado da locação executada no espaço de 30 (trinta) dias, apurada pela fiscalização da Secretaria de Município Responsável pelo contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da ordem de início de locação, podendo ser prorrogado por iniciativa e a critério da **CONTRATANTE**, fundado em conveniência administrativa justificada, no máximo até o limite de 04 (quatro) renovações.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE ENTREGA: Os contentores deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 24h após o recebimento da nota de empenho.

Parágrafo Primeiro: Não será aceito em hipótese alguma prorrogação de prazo para a disponibilização.

Parágrafo Segundo: Caso a contratada não entregue o material no prazo estabelecido será enquadrada no Art. 87 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA SÉTIMA- DA FISCALIZAÇÃO: A locação será fiscalizada pela Secretária de Município de Controle e Serviços Urbanos - SMCSU, a qual indicará servidor responsável para tal.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DEVERES DA CONTRATADA :

- a) Fornecer o (s) objeto (s) conforme especificações técnicas constantes da sua proposta comercial, que não poderão ser inferiores as especificações contidas.
- b) Entregar todo (s) o (s) objeto (s), atendendo as especificações técnicas.
- c) Entregar todo o objeto sem ônus para a contratante;
- d) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características e funcionamento do (s) objeto (s).
- e) Entregar, no (s) local (s) determinados pelo **CONTRATANTE** o objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.
- f) Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação ao objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- h) Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à **CONTRATANTE** para pagamento.
- i) Substituir objeto (s) reprovado (s) na aceitação, dentro do prazo de 15 dias após a notificação, sem ônus para a **CONTRATANTE**;
- j) Arcar com o custo do frete;
- k) Possuir veículo/equipamento adequado a fim de transportar e realizar a colocação dos contêineres nos locais indicados pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos sem ônus para a contratante;
- l) Contar com sistema de higienização dos contêineres através de lavagem mecânica a cada 30 (trinta) dias e lavagem manual intensiva a cada 06 (seis) meses;
- m) Providenciar a substituição dos contêineres danificados em até 72 (setenta e duas) horas após a notificação da SMCSU, e em caso de não atendimento no prazo estabelecido, será enquadrada no art. 87 de lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS DEVERES DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA.
- b) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- c) Receber os objetos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, respeitando o disposto neste Termo de Referência e providenciar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- d) Recusar com a devida justificativa, qualquer objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do Contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: O não cumprimento reiterado das cláusulas contratuais constituirá motivo para rescisão deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONTRATANTE, das faturas apresentadas pela CONTRATADA, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA OMISSÃO: Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de

.....
Contratada

Dirceu Silva Lopes
Secretário de Município de Controle de Serviços Urbanos

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos
CC.: SMF/SMCSU/GCLC/CONTRATADA

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscal do Contrato o(a) Senhor(a).

_____e

o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal

Dirceu Silva Lopes
Secretário de Município de Controle de Serviços Urbanos

Rio Grande, de de